

A FARSA DAS HUMANIZAÇÕES DAS PENAS

Abdiel Luiz dos Anjos-G/UEMS¹

Isael José Santana-M/UEMS²

RESUMO: O presente artigo propõe estudar a humanização das penas partindo de sua historicidade com objetivo de posicionar uma suposta evolução. Deve-se considerar o Direito Penal desde os primórdios, verificando o que se denominou fase da vingança privada até as modernas legislações e as transformações pela qual passaram as normas de direito, especialmente, a penal, para buscar entender o sentido de “humanização das penas”. Sem dúvida o Iluminismo, movimento francês que alterou as relações da servidão para a de cidadão, destaca-se por ser um período em que a razão da pessoa humana é o cerne de todas as ciências. Rousseau, grande contribuinte deste movimento, acreditava que a pessoa humana poderia submeter-se a um contrato denominado “Contrato Social”, passando a conviver em sociedade dando-se início a sociedade civil em oposição a natural, excluindo desta forma a condição natural e passando para um estado social de direitos e obrigações, em que as normas deveriam ser aplicadas de forma justas seguidos de um princípio de igualdade. Cesare Bonesana de Beccaria contribui com a questão do justo e injusto nas penas assim como Jean-Paul Marat, o primeiro com o livro “Dos delitos e das penas” e Marat com o “Plano de legislação Criminal”, ambos são pensadores iluministas que contribuíram com os pensamentos da Revolução Francesa nas quais traços dos mesmos se encontram na declaração dos direitos do homem e do cidadão. Considerando nossa legislação, a lei de execuções penais lei 7.210/1984 trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro a efetivação dos dogmas da ressocialização determinando que o escopo da presente norma seja dúplice efetivando as decisões contidas na sentença e integração social sendo recepcionada pela Constituição federal vigente. Neste sentido a pesquisa que se pretende iniciar terá como base o método indutivo, fazendo parte do grupo de criminologia crítica: diálogos interdisciplinares da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, vinculado aos diretórios de pesquisa do CNPq.

PALAVRAS-CHAVES: Ressocialização. Lei de execuções penais. Humanização das penas.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Paranaíba. e-mail: abdiel_luiz@hotmail.com

² Doutorando em filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica – PUC – SP, mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Marília – UNIVEM. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – e, graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Marília – UNIVEM – SP. Líder do grupo Criminologia: Diálogos Críticos. e-mail: leasijs@hotmail.com